

## **RESOLUÇÃO Nº 3/94**

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Viçosa, órgão superior de administração, no uso de suas atribuições legais,

### **RESOLVE**

aprovar as Normas Reguladoras das Eleições de Representantes de Docentes nos Colegiados Superiores da UFV, que passam a fazer parte integrante desta resolução.

Publique-se e cumpra-se. Viçosa, 10 de junho de 1994. (a) Antônio Lima Bandeira - Presidente.

### **ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 3/94 - CONSELHO UNIVERSITÁRIO NORMAS REGULADORAS DAS ELEIÇÕES DE REPRESENTANTES DE DOCENTES NOS COLEGIADOS SUPERIORES DA UFV**

Art. 1º - Os representantes dos docentes nos Colegiados Superiores da UFV serão eleitos, mediante escrutínio secreto, pelos seus pares, convocados pelo reitor por meio de edital.

Parágrafo único - O edital de convocação deverá ser publicado com a antecedência mínima de oito e máxima de quinze dias da data estabelecida para as eleições e conterá o calendário das eleições.

Art. 2º - O edital de convocação deverá ser publicado no prazo máximo de trinta dias após a vacância da representação.

Art. 3º - Os representantes deverão ser escolhidos entre os docentes pertencentes à carreira do magistério superior e não-investidos em cargo de direção ou função gratificada.

Art. 4º - As chapas com os nomes dos representantes efetivo e suplente deverão ser registradas na Secretaria de órgãos Colegiados, no prazo estipulado pelo calendário das eleições.

Art. 5º - A votação será feita em cédula única, com a duração mínima de oito horas.

Parágrafo único - Não será permitido voto por procuração.

Art. 6º - A eleição para representante de cada classe só será considerada válida se o número de votantes corresponder à maioria absoluta dos membros em condição de voto.

Art. 7º - Será considerada eleita a chapa que obtiver a maioria absoluta dos votos apurados, respeitado o disposto no Art. 6º.

Parágrafo único - Não tendo sido atingida a maioria absoluta, realizar-se-á um segundo turno, com a participação das duas chapas mais votadas, respeitado o disposto no Art. 6º.

Art. 8º - O processo eleitoral será conduzido pela comissão eleitoral nomeada pelo reitor, composta de, no mínimo, três docentes.

§ 1º - comissão eleitoral caberá designar a(s) mesa(s) receptora(s) e uma comissão apuradora dos votos.

§ 2º - A comissão eleitoral deverá lavrar atas de votação e apuração.

Art. 9º - A apuração será processada pela comissão apuradora imediatamente após o encerramento da votação.

Parágrafo único - Após a apuração, os votos deverão ser devidamente guardados, para efeito de julgamento de eventuais recursos.

Art. 10 - A comissão eleitoral decidirá, em primeira instância, acerca dos recursos, encaminhando seu parecer ao reitor, para apreciação, no prazo de 24 horas.

Art. 11 - Do ato homologatório dos resultados das eleições caberá recurso ao Conselho Universitário, no prazo de três dias, sem efeito suspensivo quanto à posse dos eleitos.

Art. 12 - Os casos omissos serão resolvidos pela comissão eleitoral.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o disposto na Resolução 5/87, de 29.5.87, deste Conselho.